



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

PORTARIA Nº 420/2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Regional, correspondente ao segundo quadrimestre de 2011, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, e do § 2º do artigo 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.952	20
Pessoal Ativo	25.176	20
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	25.176	20
Pessoal Inativo e Pensionistas	776	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	776	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.495	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	773	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	722	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	24.457	20
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)		24.477
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)¹		552.733.063
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,004428
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,007835	43.307
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,007443	41.140

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

¹Valores referentes à Portaria STN nº 647, de 19/09/2011.



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II art. 35 da Lei 4.320/64.

Gabinete da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, em 22 de setembro de 2011.

DES. EDINARDO MARIA RODRIGUES DE SOUZA
PRESIDENTE

CLAUDIO HENRIQUE GUERRA XAVIER DA SILVA
DIRETORA-GERAL

SILVANA CARLA BENICIO DIAS DA SILVA
GESTOR FINANCEIROE/E

MOISÉS SILVA CAMPOS
CONTROLE INTERNO E/E